



RELATÓRIO DE VIAGEM

DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DO EVENTO	CIDADE/PAÍS
9 de setembro de 2024	13 de setembro de 2024	Infraleader -	Washington D.C. / EUA

RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
Coorganização: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID / Fundação Escola de Sociologia de São Paulo - FESPSP / B3	019.810/2024-5	Carlos Rafael Menin Simões

JUSTIFICATIVA (RESUMO)

O Programa Infraleaders reúne diversos agentes do setores de infraestrutura do Brasil, governamentais e privados, para discutir temas relevantes para o setor. Na terceira edição, realizada em Washington, todo o programa foi desenvolvido na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que financia, estrutura e promove estudos no setor de infraestrutura, especialmente nos países da América Latina.

O programa, organizado na forma de painéis, aborda os seguintes assuntos:

- (i) perspectivas para investimentos no Brasil;
- (ii) desafios para perspectiva de investimentos na América Latina e Caribe;
- (iii) arquitetura de financiamento internacional e o papel dos bancos multilaterais;
- (iv) planejamento e dimensão fiscal da infraestrutura;
- (v) Ambiente regulatório e institucional que possibilite a participação privada na infraestrutura;
- (vi) Estudos de caso de regulamentação bem-sucedida do processo de preparação/execução de PPP e diretrizes metodológicas para estruturação de PPP na Am. Latina;
- (vii) Reflexões sobre o planejamento de infraestrutura no Brasil sob uma perspectiva de nível subnacional;
- (viii) Novos Paradigmas para Infraestruturas Sustentáveis: Mobilização do Financiamento Climático e do Capital Privado para a Transição Climática;
- (ix) Estudo de caso sobre acordos de dívida e requisitos ESG sob a perspectiva do financiador e o exemplo da infraestrutura escolar no Uruguai;
- (x) Reflexões sobre infraestrutura resiliente sob a perspectiva brasileira;
- (xi) Novos modelos de negócios, transição energética e descarbonização dos transportes;
- (xii) Operações de Garantia Soberana para Investimento Público em Infraestrutura: Lições do BID;
- (xiii) Reflexões sobre gestão e regulação de contratos de infraestrutura no Brasil;
- (xiv) Aspectos legais para o desenvolvimento de infraestrutura.

Além dos painéis, houve duas visitas técnicas (excludentes), sendo que participei de visita a três projetos de desenvolvimento urbano em Washington D.C., na modalidade parceria público-privada.

Os temas tratados no programa se relacionam com as competências da SecexInfra, tendo em vista trabalhos que avaliam todo o ciclo políticas públicas de infraestrutura, assim como análises de projetos de desestatizações e acompanhamento dos projetos objeto de desestatização.

Participaram do programa secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, secretários nacionais e estaduais, diretores de agências reguladoras federais e estaduais, diretor-presidente da Infra S.A., presidentes e diretores de companhias de saneamento, servidores do ministério dos transportes e da integração e desenvolvimento regional, da secretaria especial do Programa de Parceria de Investimentos, conselheiro do TCE-PE (representando a ATRICON), auditores do TCDF, representantes de entidades representativas de entidades privadas, representantes de empresas do setor privado.

Os painelistas, em sua maioria, eram do corpo do Banco Interamericano de Desenvolvimento e convidados do BID. Também tiveram alguns painéis específicos para discussão de aspectos do Brasil, cujos painelistas eram participantes do programa Infraleaders.

RELATO

Como indicado no tópico anterior, o programa foi organizado em painéis que trataram de vários aspectos do ciclo de infraestrutura, desde desafios fiscais e de financiamento (estruturas e instrumentos), na perspectiva de governos e de bancos multilaterais de desenvolvimento, passando por aspectos da estruturação de investimento, como alocação de riscos, foco em desempenho e segurança jurídica. Houve grande enfoque em aspectos de mudanças climáticas, infraestrutura resiliente e financiamentos sustentáveis.

No **primeiro dia**, as discussões foram relacionadas às perspectivas para investimentos no Brasil e desafios para as perspectivas de investimentos na América Latina e Caribe (ALC). Foi discutido sobre o déficit (GAP) no investimento em infraestrutura no Brasil, da ordem de 2-3% do PIB e que este déficit não é possível de ser coberto apenas com recursos públicos, sobrevivendo a necessidade de investimento privado, de parceria (público-privado). Os bancos multilaterais de desenvolvimento têm capacidade para cobrir uma pequena parte dessa lacuna de investimento. O BID ressaltou ter um programa de PPP que visa auxiliar governos a melhorar a regulação, projetos e a disponibilidade de recursos públicos. Representantes do governo brasileiro (MPO, MT, Infra S.A., SEPEI e MIDR) deram um panorama das perspectivas de investimentos em sua área.

A equipe do BID abordou questões sobre a insuficiência e ineficiência do investimento na ALC, os impactos das alterações climáticas (infraestrutura mais dispendiosa, além dos danos econômicos propriamente ditos), os impactos das novas tecnologias nos modelos de prestação de serviços (por exemplo, energia solar e eólica) e outras estimativas de investimento para superar a lacuna hoje existente. Destacaram a necessidade de investir no “processo de investimento”: planos de infraestrutura, pré-investimento, competição e inovação, manutenção e luta contra a corrupção. Destacaram as emissões de CO₂ por setores de infraestrutura na ALC e a necessidade de geração a partir de fontes renováveis, promoção do transporte público (de forma a reduzir emissões) e não motorizado, eletrificação em massa de atividades e recuperação de ecossistemas.

Mencionaram projetos de transportes público em que o banco está envolvido em Curitiba e São Paulo e novos modelos de negócio para substituição de frotas. Abordaram programas do banco para prover capacidades, bons projetos e mobilização de capital. Destacaram que na região mais da metade dos projetos de PPPs estão no Brasil e que acompanham 700 projetos na região. Salientaram o desafio de lidar com os desastres climáticos (vão estar nos contratos? haverá dispositivos de liquidez?). Destacaram a necessidade de pensar nos aspectos fiscais. Ter um pipeline de projetos e compromissos.

O **segundo dia** do programa foi focado no financiamento da infraestrutura (estruturas de capital, categorias e instrumentos financeiros corporativos e para projetos. Fizeram um panorama dos fluxos financeiros globais de infraestrutura. Abordaram que bancos públicos e multilaterais devem contribuir para o ambiente de financiamento e não substituir/afastar os financiadores privados. Destacaram alguns gargalos para os investidores: qualidade dos projetos, riscos (necessidade de os projetos terem mecanismos de mitigação), segurança jurídica. Apresentaram potenciais instrumentos de financiamento para mitigar riscos nas fases dos grandes projetos de infraestrutura. Destacaram o aumento do financiamento por meio de *green bonds* (ou empréstimos verdes). Destacaram a atuação dos bancos de desenvolvimento na eliminação de gargalos (apoio técnico; fábricas de projetos), na redução de assimetria de informação para investidores internacionais (credibilidade) e na mitigação de riscos (*garantias, hedging*). Apresentaram algumas soluções para assistência financeira.

Em outra sessão que tratou de planejamento e riscos fiscais, foi apresentada a experiência da Colômbia com megaprojetos de infraestrutura. Foram apresentadas a organização institucional daquele país, a evolução das gerações dos contratos e as características dos contratos mais recentes, especialmente no setor de transportes (rodovias, portos, hidrovias, aeroportos e mobilidade urbana). O especialista do Wilson Center abordou a

necessidade de melhorar estudos públicos sobre projetos para reduzir barreiras regulatórias e informacionais, para atrair capital estrangeiro. Recomendou a leitura da publicação: *Bringing PPPs into the SUNLIGHT*.

No último painel do segundo dia, foi abordado o Ambiente regulatório e institucional que possibilite a participação privada na infraestrutura. Foram apresentadas ferramentas de Bancos multilaterais que avaliam a capacidade de países de implementar parcerias público-privadas (PPPs) eficientes em infraestrutura (Infrascope), assim como publicações do BID no âmbito do Programa para a melhoria das políticas públicas e da regulação dos serviços de água e saneamento na América Latina e no Caribe, em que se elaborou um referencial de boas práticas ferramentas de apoio, abordando aspectos institucionais do setor, de governança do regulador, do modelo regulatório e dos mecanismos e instrumentos regulatórios.

Foi apresentado um estudo de caso de regulamentação bem-sucedida do processo de preparação/execução de PPP e diretrizes metodológicas para estruturação de PPP na Am. Latina, em que o especialista do BID destacou os seguintes aspectos: evitar que PPPs sejam implementadas por razões exclusivamente fiscais; garantir que as decisões e avaliações levem a projetos viáveis; promover eficiência em tempos e recursos; e comunicar estrategicamente com grupos de interesse. Ao final, apresentou guias internacionais de referência (PPP Reference Guide 3.0; CP3P; Guia metodológica de PPP do Peru) e forneceu links para documentos de referência da Austrália, Colômbia, Uruguai e Five Case Model).

Ao final do dia houve um painel com participantes do programa sobre Reflexões sobre o planejamento de infraestrutura no Brasil sob uma perspectiva de nível subnacional (secretários e subsecretários de estados e de municípios, diretor de agência reguladora).

No **terceiro dia** foram realizadas visitas técnicas no período da manhã. Eu participei da visita a três projetos de desenvolvimento urbano em Washington D.C. (*Urban Developments DC*), na modalidade parceria público-privada, nas regiões de NoMa, Capitol Riverfront e The Wharf D.C.

No período da tarde a primeira sessão tratou dos Novos Paradigmas para Infraestruturas Sustentáveis: Mobilização do Financiamento Climático e do Capital Privado para a Transição Climática, destacando-se a apresentação de especialista da Harvard Kennedy School (Akash Deep). O especialista deu um amplo panorama dos instrumentos de financiamento climático no mundo (financiamento verde e financiamento sustentável – ESG), tipos, distribuição, benefícios e desafios na perspectiva dos países emergentes e nas economias em desenvolvimentos. O especialista destacou que o investimento em combustíveis fósseis continua elevado e que esse crescimento compensará quase totalmente a sua diminuição nas economias avançadas. Nesse sentido, apresentou uma alternativa mediante a dissociação do financiamento climático e o do desenvolvimento.

Os especialistas do BID complementaram essa sessão apresentando questões sobre o fluxo global de investimento, instrumentos do BID, exemplos de operações (exemplo do *Green Swap* no Chile). Relataram que para melhorar o acesso a esses recursos é preciso segurança jurídica. Consideraram que o excesso de regulação é um empecilho. Destacaram a necessidade de: projetos bancáveis (incluída a necessidade de *equity* no projeto – *skin in the game*), relação risco/retorno e segurança jurídica/regulação (*rule of law*).

Em outra sessão foram abordados aspectos de PPPs sociais: Participação Privada em Infraestrutura Social. O especialista do BID apresentou um caso de PPP de escolas em Belo Horizonte e fez paralelos com um projeto de PPP de escolas no Uruguai. Um dos destaques deste painel é que o especialista informou que na América Latina, costuma-se fazer um pagamento na entrega dos ativos, enquanto no resto do mundo o pagamento ocorre pela disponibilidade do ativo (se após a entrega por algum motivo não ocorrer a disponibilidade, não há o pagamento de parcela). Por fim, concluiu que o *Value for Money* será mais positivo quanto mais o projeto focar na especificação dos resultados (e não do processo), na integração das etapas pelo setor privado, no pagamento por desempenho (receitas variáveis baseadas no desempenho) e no financiamento privado da construção. Ao final deste dia, houve uma sessão sobre reflexões sobre infraestrutura resiliente sob a perspectiva brasileira com participantes do programa

O **quarto dia** iniciou com a sessão sobre Novos Paradigmas para Infraestruturas Sustentáveis: Mobilização do Financiamento Climático e do Capital Privado para a Transição Climática. Um especialista líder em mudanças climáticas do BID abordou aspectos sobre o compromisso corporativo com as metas do acordo de Paris, que está crescendo exponencialmente, mas que em nível nacional a ação climática tem sido insuficiente. Por outro lado, o progresso tecnológico tem sido surpreendente (citou o desenvolvimento das células fotovoltaicas, da energia eólica e das baterias), sendo que as projeções de capacidade ficaram bem abaixo do que se observou na prática, assim como os custos dessas tecnologias decresceram em razão mais acelerada do que o previsto. O especialista destacou os seguintes modelos de negócio para a transição energética no setor de transportes: Mecanismo do mercado de carbono - Parcerias de transporte de serviços públicos; logística de veículos elétricos; IA e modelos multi-energéticos integrados e Modelos de negócios digitais.

Ainda neste painel outro especialista do BID destacou que o setor de transportes responde por 25% das emissões (seria o segundo lugar), mas que este número representa na ALC 40%, razão pela qual é preciso olhar

com muita atenção para o setor de transportes na ALC. A maior parte das emissões é nas cidades, e tem se olhado muito para eletrificação e substituição de frotas. Salientaram que, considerando o ciclo de vida total de um ônibus, os veículos elétricos são mais baratos, mas é preciso mudar o modelo de negócio, tendo em vista os altos custos iniciais de aquisição. Citaram exemplos de Santiago no Chile e Bogotá na Colômbia. Estão dividindo em dois contratos (aquisição da frota; operação). Destacaram a necessidade de melhorar a mobilidade.

Um terceiro especialista do BID trouxe uma abordagem sobre mercado de hidrogênio.

A sessão seguinte trouxe uma discussão sobre Taxonomia sustentável para investimento (Instrumento para mobilizar e redirecionar os fluxos de capitais para os investimentos necessários para o enfrentamento à crise climática e cumprimento dos ODS). Também foi trazido um panorama sobre finanças sustentáveis, práticas de *greenwashing*. Algumas entidades e bancos multilaterais desenvolveram um quadro comum de taxonomia de finanças sustentáveis. Destacaram que está em construção a Taxonomia sustentável brasileira e que no Brasil, os marcos de finanças sustentáveis são BNDES, Caixa e BB.

Ao final do dia houve uma sessão Reflexões sobre gestão e regulação de contratos de infraestrutura no Brasil com participantes do programa (diretores de agências reguladoras, membro da Atricon, advogados)

No **quinto dia**, houve uma sessão sobre aspectos legais para o desenvolvimento de infraestrutura, com participantes do programa (advogados públicos e privados).

Todos esses aspectos tratados no programa guardam relação com trabalhos atuais e potenciais da SecexInfra. Os ministérios dos Transportes, de Portos e Aeroportos, das Cidades e da Integração e Desenvolvimento Regional estão desenvolvendo ações relacionadas às mudanças climáticas, descarbonização e práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*), as quais já vem sendo acompanhadas pela SecexInfra. Esses ministérios realizam projetos de desestatizações, que precisam considerar aspectos de resiliência e descarbonização. Determinadas políticas, que apoiam entes subnacionais, como a de mobilidade urbana, está em momento de revisão de modelos, como a eletrificação de frotas e/ou substituição por modelos menos poluentes. Os aspectos abordados no programa, especialmente a experiência do bancos multilaterais no financiamento, estruturação e estudos em toda a América Latina, contribuem para a formatação de futuras ações de controle sobre esses temas.

Por fim, a SecexInfra coordena o Grupo de Trabalho de Políticas e Regulação de Infraestrutura da Olacefs (GT Infra). Neste momento, o TCU está empenhado em transformar este grupo de trabalho temporário em uma comissão permanente, cuja proposta será levada à Assembleia-geral da Olacefs em outubro/2024. Sendo aprovada, ocorrerão reuniões para tratar do Plano Operativo Anual da comissão e prospectar temas de trabalho para 2025, de modo que o conhecimento adquirido pode contribuir para a estratégia e definição de futuras ações no âmbito dessa comissão na Olacefs. Também está em formatação um futuro apoio da GIZ à Olacefs no tocante a mudanças climáticas e transição energética. A SecexInfra tem dialogado com a GIZ sobre esse programa.

ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

A expectativa é de que conhecimento adquirido no programa, especialmente quanto aos aspectos das mudanças climáticas e repercussões nas políticas e projetos de infraestrutura, aspectos de financiamento de infraestrutura, estruturação de projetos e segurança jurídicas seja considerado no planejamento das futuras ações de controle da SecexInfra, especialmente nos temas infraestrutura resiliente, políticas de descarbonização setoriais e no acompanhamento dos projetos de desestatização.

Além disso, espera-se que o conhecimento também contribua para as discussões com os países da Olacefs na elaboração do Plano Operativo Anual da futura comissão de infraestrutura, caso venha a ser aprovada na assembleia-geral da Olacefes, e nas discussões com os países para os trabalhos a serem realizados em 2025.

O material do curso será compartilhado com a equipe da SecexInfra.